



ADVOGADO

**21. (CONCURSO MAURITI/2018)
Sobre bens públicos, assinale a
alternativa INCORRETA:**

- A) Há uma uniformidade, no âmbito da doutrina administrativa, sobre o conceito de bem público.
- B) Os bens públicos são classificados levando-se em conta três aspectos: titularidade, destinação e disponibilidade.
- C) São bens públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for à pessoa a quem pertencerem.
- D) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- E) Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

**22. (CONCURSO MAURITI/2018)
Considere o objetivo a que se destinam,
correlacionando o bem com a
classificação, marcando a alternativa
CORRETA:**

1. Bens de uso comum
2. Bens de uso especial

3. Bens dominicais

- A - escolas públicas, veículos oficiais, quartéis, material de consumo da administração, entre outros;
- B - terras devolutas, terrenos da marinha, prédios públicos desativados; dívida ativa, etc;
- C - rios navegáveis, estacionamento rotativo, praças, estradas;
- A) 1-A; 2-B; 3-C.
B) 1-A; 2-C; 3-B.
C) 1-B; 2-C; 3-A.
D) 1-B; 2-A; 3-C.
E) 1-C; 2-A; 3-B.

**23. (CONCURSO MAURITI/2018) A
respeito da prescrição, quanto às sanções
previstas na Lei de improbidade
administrativa, estas podem ser
propostas:**

- A) Até dois anos após o término do exercício de fiscal, de cargo em comissão ou de função de confiança;
- B) Dentro do prazo decadencial previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de função de confiança ou emprego;
- C) Até dez anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas anual pelas entidades;



D) Até quatro anos após o término do exercício de fiscal, de cargo em comissão;

E) Até cinco anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final pelas entidades;

24. (CONCURSO MAURITI/2018)
Considere as seguintes afirmações sobre os direitos dos administrados:

I - Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

II - Ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, sem obter cópias de documentos neles contidos, mas conhecendo as decisões proferidas;

III - Formular alegações e apresentar documentos após a decisão, os quais serão objeto de consideração pelo mesmo órgão competente;

IV - Fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

Estão CORRETAS:

- A) I e II
- B) I e IV
- C) II e IV
- D) II e III
- E) III e IV

25. (CONCURSO MAURITI/2018)
Marque a alternativa correta sobre a relação entre o excerto e a classificação quanto a formas de controle da administração pública.

“O controle visa a verificar a oportunidade e a conveniência administrativas do ato controlado. É um controle administrativo que, em regra, compete exclusivamente ao próprio Poder que, atuando na função de administração pública, editou o ato administrativo.”

- A) Controle preventivo.
- B) Controle finalístico.
- C) Controle de legitimidade ou legalidade.
- D) Controle de mérito.
- E) Controle subsequente.

26. (CONCURSO MAURITI/2018)
Dentre as alternativas abaixo, marque a INCORRETA sobre licitação pública.

A) A doutrina conceitua licitação como um procedimento administrativo, de observância obrigatória pelas entidades governamentais, em que, observada a igualdade entre os participantes, deve ser selecionada a melhor proposta dentre as apresentadas pelos interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, uma vez que preenchidos os requisitos mínimos necessários ao bom cumprimento das obrigações a que eles se põem.



- B) A licitação traz ínsita a ideia de disputa isonômica ao fim da qual será selecionada a proposta mais vantajosa aos interesses da administração com vistas à celebração de um contrato administrativo, entre ela e o particular vencedor do certame, para a realização de obras, serviços, concessões, permissões, compras, alienações ou locações.
- C) O procedimento administrativo da licitação é sempre um processo formal, especialmente em razão de preceder contratações que implicarão dispêndio de recursos públicos. Embora, o princípio do formalismo não se encontre expresso no texto da lei.
- D) É importante salientar que a lei das licitações (Lei nº 8.666/1993) não sofreu mudança, especialmente no que respeita a noção de igualdade entre os participantes no procedimento licitatório, com a edição Lei nº 12.349/2010, resultante da conversão, inalterada da Medida Provisória 495/2010.
- E) O objetivo evidente da imposição de observância do princípio da publicidade nas licitações é permitir o acompanhamento e a fiscalização do procedimento, não só pelos licitantes, como também pelos diversos órgãos de controle interno e externo e pelos administrados em geral.

**27. (CONCURSO MAURITI/2018)
Sobre o regime disciplinar do servidor público, marque a alternativa INCORRETA:**

- A) A representação contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado a ampla defesa.
- B) As proibições, diferentemente dos deveres, que possuem um caráter genérico, são determinações específicas que, uma vez infringidas, acarretam para o servidor penalidades determinadas.
- C) A penalidade de advertência terá seu registro nos assentamentos funcionais do servidor, cancelado após o decurso de três anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, neste período, praticado nova infração disciplinar.
- D) A penalidade de suspensão terá seu registro cancelado, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, neste período, praticado nova infração disciplinar.
- E) As infrações cometidas pelo servidor público acarretam para ele, conforme o caso, responsabilização nas esferas administrativa (penalidades disciplinares), civil (indenização por danos patrimoniais ou morais) e criminal (sanções penais).

**28. (CONCURSO MAURITI/2018)
Assinale a alternativa INCORRETA:**

- A) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum.
- B) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes



oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

- C) As partes tem o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.
- D) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum as partes e a causa de pedir.
- E) Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e a causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

29. (CONCURSO MAURITI/2018) É caso de indeferimento da petição inicial, EXCETO:

- A) Falta de legitimidade.
- B) Quando o autor carecer de interesse processual.
- C) Faltar-lhe pedido ou causa de pedir.
- D) Quando a narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.
- E) Quando não estiver presente o valor da causa.

30. (CONCURSO MAURITI/2018) As empresas públicas e privadas serão citadas e intimadas, preferencialmente:

- A) Pelo correio.

- B) Por oficial de justiça.
- C) Pelo escrivão ou chefe de secretaria.
- D) Por edital.
- E) Por meio eletrônico.

31. (CONCURSO MAURITI/2018) Haverá resolução de mérito quando o juiz:

- A) Verificar ausência de legitimidade ou interesse processual.
- B) Reconhecer a existência de preempção.
- C) Homologar a desistência da ação.
- D) Homologar a transação.
- E) Reconhecer a existência de litispendência.

32. (CONCURSO MAURITI/2018) Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.
- B) Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.
- C) Haverá preclusão quando o autor der causa por 3 (três) vezes, a sentença fundada por abandono da causa.
- D) Haverá resolução de mérito quando o juiz homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.



E) O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.

33. (CONCURSO MAURITI/2018) Em relação aos prazos é INCORRETO afirmar:

- A) Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato.
- B) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 24 (vinte e quatro) horas.
- C) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- D) Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 2 (dois) meses.
- E) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa.

34. (CONCURSO MAURITI/2018) Da rejeição do pedido de gratuidade da justiça cabe:

- A) Agravo de instrumento.
- B) Retratação.
- C) Apelação.
- D) Agravo interno.
- E) Embargos de declaração.

35. (CONCURSO MAURITI/2018) Considera-se litigância de má fé, EXCETO:

- A) Interposição de recurso com intuito manifestamente protelatório.
- B) Uso do processo para conseguir objetivo ilegal.
- C) Alterar a verdade dos fatos.
- D) Opuser resistência fundada ao andamento processual.
- E) Deduzir pretensão ou defesa contra texto exposto de lei ou fato incontroverso.

36. (CONCURSO MAURITI/2018) A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na própria Constituição. Nesse sentido, são cargos privativos de brasileiros natos, à EXCEÇÃO:

- A) Ministro de Estado de Defesa.
- B) Oficial das Forças Armadas.
- C) Carreira diplomática.
- D) Presidente e Vice-Presidente da República.
- E) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

37. (CONCURSO MAURITI/2018) Em relação aos direitos políticos, o analfabeto:

- A) Vota facultativamente, mas é inelegível.



- B) Vota obrigatoriamente e é elegível para cargos municipais.
- C) Vota facultativamente e é elegível para cargos municipais.
- D) Vota obrigatoriamente, mas é inelegível.
- E) Vota facultativamente e é elegível para quaisquer cargos.

38. (CONCURSO MAURITI/2018)
Depois de invalidada por sentença judicial a demissão do servidor público estável, ele será:

- A) Demitido com justa causa.
- B) Aproveitado em outra função.
- C) Removido para outra função.
- D) Reintegrado na mesma função anteriormente ocupada.
- E) Aposentado compulsoriamente com proventos integrais.

39. (CONCURSO MAURITI/2018) O funcionário público nomeado em virtude de concurso público adquire estabilidade:

- A) Depois de cinco anos ininterruptos de efetivo exercício em estágio probatório.
- B) Logo após a nomeação.
- C) Depois de três anos de efetivo exercício em estágio probatório.

- D) Depois de dois anos de efetivo exercício em estágio probatório.
- E) Depois de dois anos da data da investidura.

40. (CONCURSO MAURITI/2018)

- I. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros natos e naturalizados que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- II. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- III. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos em qualquer hipótese.

São CORRETAS:

- A) Todas.
- B) Nenhuma.
- C) I e II.
- D) I e III.
- E) II e III.

41. (CONCURSO MAURITI/2018)
Embora não tivessem sido admitidos via concurso público, a Constituição conferiu direito a estabilidade aos servidores públicos, em exercício na data de sua promulgação, há pelo menos:

- A) Dois anos continuados.
- B) Cinco anos continuados.



- C) Três anos continuados.
- D) Quatro anos continuados.
- E) Seis anos continuados.

42. (CONCURSO MAURITI/2018) A imunidade parlamentar terá vigência a partir:

- A) Da eleição.
- B) Do registro da candidatura.
- C) Da posse.
- D) Do início da legislatura.
- E) Da expedição do diploma.

43. (CONCURSO MAURITI/2018) Dentre as alternativas, qual a que contempla a competência exclusiva na apreciação dos atos de concessão e renovação das emissoras de rádio e televisão:

- A) Conselho de Defesa Nacional.
- B) Ministério das Comunicações.
- C) Presidente da República.
- D) Congresso Nacional.
- E) Câmara dos Deputados.

44. (CONCURSO MAURITI/2018) Ticiano, por meio de testamento, realiza dotação especial de bens livres para a finalidade de constituir uma fundação com o intuito de promover assistência a

idosos na cidade de Mauriti. Todavia, os bens destinados foram insuficientes. Diante da situação, nada havia sido disposto por Ticiano. Assim, é CORRETO afirmar:

- A) Os bens deverão ser incorporados ao patrimônio da União.
- B) Os bens serão arrecadados e passarão ao domínio do município de Mauriti, se localizados na respectiva circunscrição.
- C) O Ministério Público, responsável por velar pelas fundações, destinará os bens dotados para o fundo de assistência mantido pelo Estado para a defesa dos hipossuficientes.
- D) Os bens destinados à fundação serão, nesse caso, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.
- E) Os bens dotados deverão ser convertidos em títulos da dívida pública até que, aumentados com os rendimentos, consigam perfazer a finalidade pretendida.

45. (CONCURSO MAURITI/2018) Em relação aos defeitos dos negócios jurídicos, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) A simulação é causa de anulação do negócio, e só poderá ocorrer se a parte prejudicada demonstrar ter sido prejudicada.
- B) A emissão de vontade livre e consciente, que corresponda efetivamente ao que



almeja o agente é requisito de validade dos negócios jurídicos.

- C) O erro acidental é o que recai sobre características secundárias do objeto, não sendo passível de levar à anulação do negócio.
- D) O objeto da ação pauliana é anular o negócio praticado em fraude contra credores.
- E) O dolo é caracterizado pela negligência, imprudência ou imperícia.

**46. (CONCURSO MAURITI/2018)
Sobre o instituto da lesão, é CORRETO afirmar:**

- A) Os efeitos da lesão podem se manifestar no curso do contrato, desde que sejam provenientes de desproporção entre as prestações existentes no momento da celebração do contrato.
- B) A desproporção entre as prestações deve se configurar somente no curso do contrato.
- C) A desproporção entre as prestações surge em razão de fato superveniente a celebração do contrato.
- D) Os efeitos da lesão decorrem de um fato imprevisto.
- E) O fato imprevisível que gerou a lesão deve ser devidamente comprovado.

47. (CONCURSO MAURITI/2018) A condição, o termo e o encargo são considerados elementos acidentais,

facultativos ou acessórios do negócio jurídico, e tem o intuito de modificar as consequências naturais deles esperadas. Sobre o assunto é CORRETO:

- A) Considera-se não escrito o encargo ilícito ou impossível, salvo se constituir o motivo determinante da liberdade, caso em que se invalida o negócio jurídico.
- B) O termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito e, salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
- C) Se for resolutiva a condição, enquanto esta se não realizar, não vigora o negócio jurídico, não se podendo exercer desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.
- D) Considera-se condição a cláusula que, derivando da vontade das partes ou de terceiros, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- E) Têm-se por inexistentes as condições impossíveis, quando não resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.

**48. (CONCURSO MAURITI/2018)
Através de um instrumento particular, subscrito por duas testemunhas, um menor de 16 anos, estudante do ensino médio, fanático por vôlei, tomou por empréstimo a sua vizinha e amiga, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para participar de uma campanha de doação de fundos para seu time de vôlei**



do coração, autorizando que a referida mutuante entregasse, em nome do mutuário, a referida importância, diretamente aos dirigentes do clube, o que foi feito. Não foi fixado prazo para o pagamento do mútuo, nem houve previsão de juros, exigindo, entretanto, a credora, a fiança de dois amigos do mutuário, solteiros, maiores e capazes. Recusando-se a pagar o empréstimo, foram procurados o pai e a mãe do mutuário, os quais se negaram a ratificar o empréstimo e, por consequência a honrá-lo, sob o argumento de que não o havia autorizado. Diante dos fatos, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Presumem-se devidos os juros pelo mutuário e por seus fiadores.
- B) A dívida deve ser paga pelos fiadores.
- C) Esse mútuo não pode ser reavido nem do mutuário, nem de seus fiadores.
- D) Esse mútuo é uma obrigação que apenas vincula o menor e, assim, quando vencido e não restituído, poderá ser cobrado apenas do mutuário, não sendo exigido dos fiadores.
- E) Não é válida, no caso, a negativa dos pais em honrar o empréstimo, que poderá ser cobrado deles, mas sem juros.

49. (CONCURSO MAURITI/2018)
Cessará, para os menores, a incapacidade, **EXCETO**:

- A) Pelo casamento.

- B) Pela concessão dos pais.
- C) Pela concessão de um dos pais na falta do outro.
- D) Pelo exercício de emprego público efetivo.
- E) Pela colação de grau em ensino médio.

50. (CONCURSO MAURITI/2018)
Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Salvo disposição em contrária, a lei começa a vigorar em todo o país um ano depois de oficialmente publicada.
- B) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- C) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- D) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- E) Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.